



-----**Mandato 2013/2017**-----

-----**Conferência de Representantes dos Grupos Municipais**-----

-----**Ata Número Sessenta**-----

Aos dezasseis dias do mês de janeiro de dois mil e dezassete reuniu, na sala dois das Comissões, sita no edifício da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos dos artigos vigésimo sétimo e vigésimo oitavo do Regimento deste órgão para o mandato dois mil e treze - dois mil e dezassete, a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, a qual foi presidida pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, tendo estado presentes os Deputados Municipais que assinaram a lista de presenças em anexo.-----

----- Esteve ainda presente, nos termos do número três do artigo vigésimo sétimo do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, e, em representação da Câmara Municipal de Lisboa, o Vereador Duarte Cordeiro que, também, assinou a referida lista.-----

----- Às onze horas e trinta e nove minutos, a Presidente deu início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1. Aprovação da ata nº 58 da Conferência de Representantes, de 14.11.2016 (doc 1)-----
2. Preparação da 130ª reunião da AML (doc 2)-----
3. Calendário de reuniões plenárias para 2017 (doc 3)-----
4. Lista de matérias e propostas pendentes (doc 4)-----
5. Novo formato para o Debate Temático sobre a Habitação - alteração da Deliberação 217/AML/2016 sobre a Proposta 001/PS e IND/2016 (doc 5 e 6)-----
6. Regulamento do Património – Aviso 51/2016 - ponto de situação e participação da AML na discussão pública (doc 7)-----
7. Outros assuntos-----

Ponto 1 - Aprovação da ata nº 58 da Conferência de Representantes, de 14.11.2016 (doc 1)-----

----- **A Senhora Presidente** deu início à aprovação do ponto um da Ordem de Trabalhos, submetendo o *draft* da ata número cinquenta e oito à consideração e votação da Conferência, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que não estiveram presentes naquela Conferência.-----

Ponto 2 - Preparação da 130ª reunião da AML (doc 2);-----

----- **A Senhora Presidente** transmitiu que tinha falecido um Deputado e que iriam ter uma substituição.-----

----- Esclareceu que tinha dado destaque à homenagem que iam fazer ao Dr. Mário Soares e que tinha colocado os votos de pesar num segundo ponto, à parte das Declarações Políticas, por considerar que seria mais digno daquela forma.-----

----- Expôs, em relação à homenagem, que a ideia era ler o Voto de Pesar, colocar uma fotografia e umas declarações do Dr. Mário Soares e que as forças políticas iriam ter, se assim o entendessem, três minutos cada uma.-----

----- Disse que os restantes pontos da Ordem de Trabalhos do dia seguinte eram as Declarações Políticas e as propostas que tinham os pareceres prontos.-----

----- Referiu que para dar tempo aos Senhores Deputados de verem os pareceres, não tinha agendado as propostas cujos pareceres ainda iriam ser discutidos naquele dia.-----



----- Mencionou que o Parecer da Proposta 698/CM/2016, referente ao lançamento de uma Hasta Pública de Parcela AB, resultante da Unidade de Execução da Praça de Espanha, tinha sido aprovado por unanimidade. Esclareceu que se tratava de um acordo feito com o IPO para que o IPO pudesse expandir as suas instalações. -----

----- Relativamente à Proposta 700/CM/2016, referente à execução do disposto nas cláusulas Segunda e Terceira do Protocolo celebrado entre a Estamos Participações Imobiliárias, SA, o Município de Lisboa e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, para a instalação do Centro de Saúde do Martim Moniz, disse que era apenas para validar aquilo que já tinha sido acordado e que permitira a abertura daquele Centro de Saúde.-----

----- Explicou que o *draft* do Voto de Pesar do Dr. Mário Soares só tinha sido distribuído naquela manhã porque só o tinha concluído no dia anterior. Pediu aos Senhores Deputados que lessem com atenção e que, caso se verificasse, apresentassem as suas sugestões de alteração. Explicou ainda que o objetivo era, à semelhança do que acontecera na Assembleia da República, apresentar um voto conjunto, subscrito por todos.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos** transmitiu que, desde que fosse retirada a referência à Fundação Mário Soares, se iriam associar àquele Voto. -----

----- **A Senhora Presidente** adiantou que já existia uma Proposta do PCP naquele sentido.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos** disse que, na opinião daquele Grupo, se deveria recomendar à Câmara, naquele segundo ponto, que perpetuasse o nome e o legado do Dr. Mário Soares na Cidade. -----

----- **A Senhora Presidente** propôs que se recomendasse à Câmara, no ponto dois da parte deliberativa daquele Voto, que se perpetuasse na cidade de Lisboa o nome e o legado de Mário Soares. -----

----- Expôs que preferia, e que na sua opinião fazia sentido, mencionar a Fundação Mário Soares. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos** reiterou que preferia que não se fizesse referência à Fundação. -----

----- **A Senhora Presidente**, salientando que o objetivo era serem o mais abrangentes possível, transmitiu que não existia nenhum inconveniente da sua parte. -----

----- Resumiu que se iria recomendar à Câmara Municipal que se perpetuasse na cidade de Lisboa o nome e o legado de Mário Soares.-----

----- Questionou se existiam alterações a propor ao texto inicial. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes** fez saber que, uma vez que o documento só tinha sido distribuído naquela altura, não iria tomar nenhuma decisão naquele momento. Disse que iria levar o documento para o Grupo Municipal e que se iriam pronunciar mais tarde, até ao final daquele dia. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que não tinha problema. Sublinhou que não o tinha enviado antes porque tinha terminado o documento no dia anterior, ao final do dia, e que não tinha enviado logo porque não tinha os endereços eletrónicos dos Senhores Deputados. Pediu desculpa pelo sucedido.-----



----- Transmitiu que ia colocar o documento no *site* e solicitou que lhe fizessem chegar, ainda naquele dia, as alterações que entendessem necessárias.-----

----- Revelou que gostaria de ler o Voto no dia seguinte.-----

----- Lembrou que o Regimento dizia que caso os Senhores Deputados pretendessem fazer Declarações políticas, deveriam manifestar a sua intenção junto da Mesa antes do início da sessão.-----

----- Auscultou quem é que não pretendia fazer Declarações Políticas no dia seguinte tendo-se manifestado, naquele sentido, o PNP.-----

----- Relativamente à sessão do dia seguinte, resumiu que iriam ter os votos de pesar, seguidos das Declarações Políticas e as Propostas que tinham Pareceres prontos. Mencionou que existiam três que tinham vindo da Primeira e da Terceira Comissão e que as duas primeiras eram a alienação dos lotes da PRODAC Norte e Sul.-----

----- Recordou que o processo da PRODAC Norte era anterior ao vinte e cinco de abril e salientou que, apesar das dificuldades, aquela Assembleia tinha conseguido concluir aquele trabalho e mencionou que tinha sido aprovado por unanimidade na Câmara e nas Comissões.-----

----- Disse que a Proposta 745/CM/2016, referente ao Contrato-programa para o Bairro da Cruz Vermelha também tinha sido aprovada por unanimidade.-----

Ponto 3. Calendário de reuniões plenárias para 2017 (doc 3)-----

----- **A Senhora Presidente** transmitiu, em relação à calendarização das sessões para o ano de dois mil e dezassete, que só tinha feito a previsão habitual até ao dia doze de setembro. Lembrou que iam ter eleições naquele ano e que em setembro deveriam estar em campanha eleitoral e que era prática daquela Assembleia não fazer sessões da Assembleia Municipal durante a campanha eleitoral.-----

----- Explicou que tinha marcado uma sessão ordinária para o dia doze de setembro porque a Lei obrigava a ter uma sessão ordinária em setembro. Disse que também podia ser no dia cinco, mas deixou para decidirem mais perto da data.-----

----- Mencionou que tinham as sessões, trimestrais, de perguntas à Câmara, as sessões ordinárias prevista por Lei e que tinham as Declarações Políticas. Explicou que não estavam em todos os meses por ter considerado que nos meses em que tinham Sessão Ordinária, com PAOD, talvez não se justificassem as Declarações Políticas, porque também tinham a Informação Escrita do Senhor Presidente nessa altura.-----

----- Salientou que aquele calendário permitia uma série de ajustamentos e que a sua preocupação tinha sido assegurar as matérias previstas pelo Regimento.-----

----- Tendo, o calendário, sido aceite como calendário previsional, a Senhora Presidente disse que o iria colocar no *site*.-----

Ponto 4. Lista de matérias e propostas pendentes (doc 4)-----

----- **A Senhora Presidente** revelou preocupação em relação àquele ponto. Expôs que existiam uma série de petições que tinham ultrapassado, largamente, os prazos, e que continuava sem ter notícias das Comissões.-----

----- Disse que ia convocar, através de *email*, os Senhores Presidentes de Comissão para uma reunião, trinta minutos antes da sessão da semana seguinte, para fazerem o ponto de situação.-----



----- Relativamente às matérias que se encontravam por agendar disse que tinham o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Lisboa e que os projetos de regulamento das lojas com história já estavam agendados.-----

----- Alertou que ia terminar, no dia dezoito de janeiro, na Assembleia da República, o prazo de apresentação de propostas de alteração, na especialidade, ao Projeto-lei 155/13, referente às lojas históricas.-----

----- Considerou que poderia ser útil enviar, à Segunda e à Sétima Comissão, para conhecimento, o relatório de todas as audições públicas efetuadas no Parlamento sobre aquela matéria. Lembrou que se a Lei fosse aprovada o Regulamento Municipal teria de obedecer aos critérios gerais da Lei.-----

----- Salientou que tinham a Proposta nº 636/CM/2016, referente a uma alienação de duas parcelas municipais, a Proposta nº 642/CM/2016, um concurso público para a concessão da exploração de parte delimitada do Mercado Municipal do Bairro de Santos, a Proposta nº 686/CM/2016, referente ao Plano Municipal de Mercados de Lisboa e, revelou, que a Câmara tinha muita urgência na proposta nº 702/CM/2016. Explicou que enquanto a Câmara não se pronunciasse sobre aquele tema o Governo não podia avançar com o Diploma.-----

----- Lembrou que ainda não existia nenhuma conclusão em relação ao Relatório do Debate Temático de Monsanto.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes** assegurou que o Relatório do Debate Temático de Monsanto havia sido entregue em agosto.-----

----- **A Senhora Presidente** esclareceu que o Relatório estava parado na 4ª Comissão.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes** aproveitou para relembrar que havia sido concertado, em Conferência de Representantes, que não iriam agendar novos Debates Temáticos enquanto existissem Debates pendentes.-----

----- Expôs que aquele era o seu protesto pessoal. Lembrou que tinham apresentado aquela Recomendação há quase dois anos e que aquele processo se tinha arrastado durante um ano.-----

----- Questionou se estavam a aguardar algum agendamento da Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- **A Senhora Presidente** disse que também não entendia porque é que aquele assunto estava parado.-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo,** revelou que sentira alguma hesitação em se pronunciar mas, disse, que começava a achar que, quer o Debate Temático quer as Petições, só ficariam resolvidos quando fossem agendados na Ordem de Trabalhos e fosse comunicado aos Senhores Presidentes de Comissão que naquele dia teriam de ter as coisas prontas. Alertou que andavam há muito tempo com algumas coisas pendentes.-----

----- **A Senhora Presidente** concordou com o Senhor Primeiro Secretário. Lembrou que o Regimento permitia aquela abordagem e que não era obrigatório esperar pelo parecer das Comissões. Disse que o iria transmitir na reunião que pretendia agendar com as Comissões.-----



Ponto 5. Novo formato para o Debate Temático sobre a Habitação - alteração da Deliberação 217/AML/2016 sobre a Proposta 001/PS e IND/2016 (doc 5 e 6) -----

----- **A Senhora Presidente** sugeriu um formato diferente para o Debate Temático subordinado ao tema “Habitar em Lisboa”. Lembrou que tinham aprovado um formato tradicional e que tinham chegado à conclusão de que aquele formato tinha pouca participação e que não estava a resultar. -----

----- Fez uma proposta alternativa. Propôs que o Debate Temático da Habitação se realizasse a uma sexta feira, em duas sessões, uma ao fim da tarde e outra à noite, com um intervalo de uma hora entre uma e outra, no qual a Assembleia Municipal poderia proporcionar uma sopa e um café. Disse que o programa poderia ter três temas chaves, nomeadamente, “Habitação – direito e mercado”, “Habitação e alojamento local” e “Políticas públicas de habitação”. -----

----- Expôs que cada uma das sessões deveria ter um interveniente a fazer uma intervenção genérica e que no final teriam a novidade maior, a abertura prévia de prazo para apresentação de propostas subscritas por entidades ou cidadãos individuais sobre os temas chave, a apreciar no decorrer do debate. Explicou que aquela participação do público no final era muito importante. Disse que tinha recebido uma série de documentos, relacionados com aquele tema, que poderiam enriquecer o debate e, acrescentou, que aquela iniciativa iria permitir que as entidades subscritoras daqueles documentos pudessem, caso se justificasse, apresentar uma proposta concreta. -----

----- Colocou aquelas sugestões à consideração da Conferência de Representantes. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles** concordou que deviam pensar em novas maneiras de dinamizar e que aqueles mecanismos de incentivo à participação eram muito bons. Considerou, no entanto, que o dia da semana sugerido, a sexta-feira, poderia não ser a melhor escolha. -----

----- **A Senhora Presidente** revelou abertura para outras soluções. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles** propôs que se realizasse num sábado, ou em dois, e que as sessões se realizassem em dias diferentes. -----

----- **A Senhora Presidente** lembrou que o fim de semana era mais complicado para toda a gente, mas concordou que se realizasse em dias diferentes. -----

Ponto 6. Regulamento do Património – Aviso 51/2016 - ponto de situação e participação da AML na discussão pública (doc 7) -----

----- **A Senhora Presidente** introduziu que tinham pressionado a Câmara, durante meses, por causa do Regulamento de Património e que entretanto tinha sido publicado em Boletim Municipal o Aviso nº 51 e que já estava em Período de Discussão Pública um Projeto de Regulamento de Património. -----

----- Contou que tinha verificado que a Proposta da Câmara tinha sido mal redigida, que tinha alertado o Senhor Vereador Manuel Salgado e que a Proposta iria ser corrigida. -----

----- Resumiu que embora não fosse obrigatório por Lei, a proposta remetia para trinta dias uteis após a publicação em Diário da República e que, por razões que ultrapassavam o próprio Vereador, não tinha sido publicada em Diário da República. -----

----- Realçou que o novo prazo da consulta pública, os trinta dias uteis, seria a partir da publicação, em Boletim Municipal, da retificação da Proposta. -----



----- Propôs que se realizasse, no decurso da consulta pública, uma sessão pública da 1ª Comissão, aberta ao público e num horário compatível, em que a Câmara apresentasse o Regulamento, que os Senhores Deputados da 1ª Comissão se pudessem pronunciar, que os Senhores Deputados sem assento na Primeira Comissão se pudessem pronunciar e que o público também se pudesse pronunciar. -----

----- Expôs que já tinha falado com a Senhora Presidente da 1ª Comissão naquele sentido e que a Senhora Presidente tinha concordado com a sugestão. -----

----- Acentuou que era um Regulamento da maior importância e que pelo menos a parte inicial do Regulamento, que tinha a ver com os objetivos, com os princípios gerais, com os pilares da política de gestão patrimonial do Município mereciam que aquela Assembleia se associasse ao processo de Discussão Pública. -----

----- Colocou aquele assunto à consideração daquela Conferência, não se tendo verificado objeções naquele sentido. Expôs que iria colocar no *site* a informação que aquela matéria se encontrava em Discussão Pública e que iriam, oportunamente e de forma a não criar mais polémicas, indicar o prazo em que a discussão Pública iria terminar -----

----- Informou o Senhor Vice-Presidente da Autarquia, o Senhor Vereador Duarte Cordeiro, que aquela possibilidade também já havia sido concertada com o Senhor Vereador Manuel Salgado. Disse que iriam combinar, entre a 1ª Comissão e a Câmara, uma data para a sessão e que fariam a devida divulgação. -----

----- Resumiu, uma vez que o Senhor Vice Presidente da Câmara tinha chegado atrasado, que tinham, nos documentos pendentes, os dois Regulamentos das lojas com história. Salientou que o prazo, na Assembleia da República, para os Partidos apresentarem propostas de alteração ao Projeto-lei 155/13 do Partido Socialista, terminava na quarta-feira seguinte. -----

----- Assinalou que a questão principal era que os critérios para o reconhecimento e proteção, que eram muito parecidos com aqueles que a Câmara tinha no anexo, que tinham sido feitos pela Direção Geral do Património Cultural, ficariam na própria Lei e que os Regulamentos Municipais tinham de obedecer à Lei. -----

----- Estimou que a Lei fosse aprovada muito em breve. -----

----- **O Senhor Vice Presidente da Câmara, Vereador Duarte Cordeiro** pediu desculpa pelo atraso. Recordou que já existia, no Município de Lisboa, um conjunto de lojas classificadas com os mesmos critérios que tinham sido propostos àquela Assembleia. -----

----- Julgou que iria ser, sempre, necessário adaptar a Regulamentação municipal aos critérios que ficassem definidos na Lei. -----

----- **A Senhora Presidente** esclareceu que aquilo que a Lei iria dizer, em matéria de regulamentos municipais, era que os critérios gerais seriam definidos pela Lei e que os Municípios, através dos regulamentos, definiriam os critérios especiais. -----

----- Acrescentou que a Lei também iria definir a aplicação no tempo, como causa de salvaguarda. -----

----- **Ponto 7. Outros assuntos** -----

----- **A Senhora Presidente** tendo verificado que não tinha nenhuma matéria relacionada com aquele ponto, deu a palavra a o Senhor Deputado Carlos Silva Santos. -----



-----**O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos** questionou se existiam novidades relacionadas com a Colina de Santana e sobre os novos estabelecimentos de saúde a instalar na Cidade. -----

----- **A Senhora Presidente** transmitiu que não existiam novidades. Disse que não tinha conseguido obter qualquer tipo de informação.-----

----- Adiantou que tinha solicitado uma reunião com o responsável pelo Programa de Ação Territorial e com a Estamo para fazerem o ponto de situação. Disse que iriam combinar uma apresentação do trabalho já realizado ao nível do Programa de Ação Territorial e que iria continuar a Insistir com ARS.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos** salientou que o objetivo era esvaziar a parte velha da Cidade de qualquer instituição de saúde, com a mirifica ideia de as colocar no Hospital Oriental que iria ser, salvaguardou, um hospital modesto. -----

----- **A Senhora Presidente** sugeriu, caso concordassem, que a Assembleia aprovasse uma moção no sentido de a 6ª Comissão, a Mesa ou quem entendessem, pedir uma audição ao Senhor Ministro. -----

----- Realçou que já tinha feito uma série de diligências e que continuava sem respostas. --

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos** referiu-se à marcação e aos horários das reuniões das Comissões. Explicou que estava a ser difícil, para quem trabalhava, conciliar o trabalho com as outras obrigações. -----

----- Solicitou à Senhora Presidente, uma vez que ia marcar uma reunião com os Senhores Presidentes de Comissão, que abordasse aquele assunto junto dos Senhores Presidentes. -----

----- **A Senhora Presidente** fez saber que tinha recebido muitos protestos naquele sentido e que já tinha chamado a atenção, sobretudo da 1ª Comissão, que era, explicou, aquela que estava com mais trabalho. Disse que já tinha solicitado ao Senhor Coordenador do Nac que transmitisse que existiam indicações para que não se fizessem agendamentos fora das horas normais, excetuando aqueles casos em que os membros da Comissão se encontravam todos de acordo em relação ao horário. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos** reforçou que o agendamento de Comissões à hora de almoço, em dias de plenário, era extremamente constrangedor para quem estava a preparar o próprio plenário e para os Grupos mais pequenos, que não se conseguiam dividir.-----

----- **A Senhora Presidente** assegurou que iria colocar por escrito, para os Presidentes das comissões, com informação ao NAC, que os horários das Comissões deveriam respeitar o horário normal, que era ao final da tarde e durante a semana, e que outro horário, ou um outro dia, só com o acordo dos membros da Comissão. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes** declarou que o Grupo Municipal “Os Verdes” subscrevia, na íntegra, aquela intervenção. Acrescentou que, muitas vezes, os Senhores Presidentes marcavam sem avisar primeiro os Grupos Municipais.-----

----- Procurou se existia alguma informação complementar sobre a segunda fase do Regulamento do Arvoredos. -----



----- **A Senhora Presidente** disse que o Senhor Deputado tinha toda a razão mas que não tinha informação nenhuma. Propôs colocar aquele assunto na Ordem de Trabalhos da Conferência de Representantes seguinte de forma a encontrarem uma solução. -----

----- **Durante a reunião** foram distribuídos os seguintes documentos que se anexam a esta ata e dela fazem parte integrante:-----

1. Aprovação da ata nº 58 da Conferência de Representantes, de 14.11.2016 (doc 1) -----
2. Preparação da 130ª reunião da AML (doc 2)-----
3. Calendário de reuniões plenárias para 2017 (doc 3) -----
4. Lista de matérias e propostas pendentes (doc 4) -----
5. Novo formato para o Debate Temático sobre a Habitação - alteração da Deliberação 217/AML/2016 sobre a Proposta 001/PS e IND/2016 (doc 5 e 6) -----
6. Regulamento do Património – Aviso 51/2016 - ponto de situação e participação da AML na discussão pública (doc 7)-----
7. Outros assuntos-----

----- Nada mais havendo a acrescentar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa deu por encerrada a reunião pelas doze horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros que compõem a Mesa. -----

A Presidente _____

O Primeiro Secretário _____

A Segunda Secretária _____